

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 16 DE JANEIRO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, a Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo, convida a assumir a mesa o ex-Secretário Municipal de Saúde, Dr. César Rodrigues Campos, que dá início a reunião fazendo a apresentação do novo Presidente do Conselho, o atual Secretário Municipal de Saúde, Dr. Athos de Carvalho. A seguir, Dr. César, faz um breve balanço do período em que esteve a frente da Secretaria e na presidência do Conselho. Pede que seja registrada em ata sua satisfação por ter presidido o Conselho durante quatro anos e agradece aos conselheiros o trabalho conjunto dizendo, que em nenhum momento sentiu-se engessado pelo Conselho e entende que também os conselheiros em nenhum momento se sentiram coagidos. Afirma a importância e necessidade de absoluta autonomia do Conselho e respeito mútuo para que exerça plenamente o Controle Social e considera que estes requisitos foram cumpridos neste período. Em seguida, passa a palavra a Dr. Athos, que fala de sua trajetória pessoal e política até chegar ao cargo que acaba de assumir. Fala também, do compromisso de dar continuidade aos projetos em andamento e propostas que pretende implementar, especialmente, a mudança na estrutura organizacional da Secretaria, cujo projeto de lei deverá ser em breve encaminhado à Câmara Municipal pelo prefeito Célio de Castro. Diz que outra iniciativa que pretende tomar é de promover um trabalho articulado com todos os municípios da região metropolitana para discutir os problemas comuns que sempre refletem nas cidades que têm serviços de saúde melhor estruturados e fala da intenção de realizar uma conferência ou simpósio metropolitano com esse objetivo. Fala do propósito de, juntamente com o Conselho, estabelecer as metas para as ações que serão desenvolvidas durante a gestão que ora se inicia. A seguir, em nome do Conselho, a Secretária Geral, Carminha, agradece ao Dr. César e dá boas vindas ao novo Secretário e Presidente do Conselho. Em seguida, no 2º. Ponto da pauta, coloca em discussão a proposta de ata da reunião realizada no dia 05/12/96, perguntando ao plenário se há alguma retificação a ser feita. Não havendo retificação, a ata é aprovada por consenso do plenário. Carminha, por solicitação dos técnicos do setor financeiro, submete ao plenário proposta de que a pauta seja alterada, passando o ponto seguinte a ser a prestação de contas da Secretaria. A proposta é aprovada por consenso do plenário. Carminha, anuncia a presença da vereadora Jô Moraes e convoca a Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação para apresentação do parecer. O coordenador da CTFCA, Jader Campomizzi, informa que existem duas pendências em relação às contas do 2º. Trimestre,

apresentadas na reunião anterior. A primeira pendência é referente a recursos repassados à Santa Casa de Misericórdia como subvenção social e a segunda refere-se à regularidade dos repasses do Tesouro Municipal para o FMS (Fundo Municipal de Saúde). Sugere que seja feita a apresentação do 3º. Trimestre o que, no seu entendimento, resolveria a pendência quanto ao repasse do Tesouro, ficando somente a questão da Santa Casa para ser discutida. Acatada a sugestão pela mesa, a palavra é passada ao diretor financeiro da Secretaria, Maurício Albino, que informa inicialmente a forma de apresentação adotada para facilitar a avaliação dos conselheiros, apresentando os dados de receita, despesa e por fim a relação entre as mesmas. Utilizando transparências, apresenta dados referentes a receita no 1º quadro, sendo a receita global do trimestre de R\$ 89.101.919,00. No 2º quadro, os mesmos dados vêm com a especificação da fonte ou seja, a origem dos recursos. No 3º quadro os mesmos dados são demonstrados graficamente. O 4º quadro, traz as transferências do Tesouro Municipal e um gráfico exibido a seguir demonstra estes dados. Outro quadro apresentado traz as despesas discriminadas conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde na reunião que discutiu as contas do 2º. Trimestre, inclusive, especificando os valores das subvenções com respectivos beneficiários e o total gasto com medicamentos. No quadro seguinte as mesmas despesas vêm expressas através de gráfico que inclui despesas da semiplena. O quadro apresentado a seguir, traz o mesmo relatório de despesas sintetizado. Em novo gráfico, são demonstradas as despesas, excluindo a semiplena, ou seja, os pagamentos feitos aos prestadores contratados e conveniados com o SUS. No próximo quadro é apresentada a relação nominal e percentual entre a receita e despesa do FMS no trimestre. Os mesmos dados vêm demonstrados graficamente no quadro seguinte. Em outro quadro é feito o demonstrativo da movimentação financeira ou fluxo de caixa no período, incluído o saldo anterior. No quadro apresentado a seguir é feito demonstrativo do valor recebido e gasto com despesas de SIA (Sistema de Informação Ambulatorial) e SIH (Sistema de Informação Hospitalar), que vêm na seqüência especificados com os valores pagos aos prestadores públicos e privados, conforme o Conselho havia recomendado. Em forma de gráfico, os dados demonstram em percentuais os pagamentos efetuados à rede municipal, estadual e federal e prestadores privados e filantrópicos, por serviços hospitalares e ambulatoriais. Finalmente é apresentado um quadro sobre os repasses da Prefeitura ao FMS e prestados os esclarecimentos que a CTFCA solicitou. Encerrada a apresentação, Carminha, fala da necessidade de a Secretaria regularizar a elaboração dos relatórios de gestão e elogia a forma de apresentação das contas que considera ter melhorado muito. A seguir, o coordenador da CTFCA, Jader, apresenta parecer sobre as contas do 3º. Trimestre, recomendando que não sejam aprovadas, por faltar o relatório financeiro do Hospital Odilon Behrens. Quanto a questão da Santa Casa, esclarece que não participou da reunião que discutiu o assunto por estar em gozo de férias regulamentares e solicita que outro membro da Câmara Técnica apresente o parecer. O conselheiro Wellington de Assis, fala que seu voto é favorável ao convênio por seu entendimento de que a subvenção social é prerrogativa da Prefeitura não cabendo

discuti-la e os leitos são necessários, sendo que o setor responsável da Secretaria omitiu a informação e não fez a fiscalização constante do contrato. Questiona se outros contratos e convênios firmados estariam sendo fiscalizados e afirma que o Conselho aprovou a prestação de contas do 1º. Trimestre sem ter a informação da liberação de R\$ 215 mil ocorrida em fevereiro. Comenta que o Conselho vem aprovando relatórios financeiros sem ter conhecimento de recursos que são liberados e cuja prestação de contas não é feita e cita exemplo de verba destinada ao Centro de Saúde Jardim Leblon que a gerente diz ser confidencial não cabendo discutir. Defende a necessidade de garantir instrumentos de informação que assegurem uma análise real de relatórios, contratos e convênios. Apela ao Secretário Athos de Carvalho, para que seja mantida a Dra. Lídia Matta Machado como assessora da CTFCA. Diz que não vê motivos para mudanças e acrescenta que é um pedido de usuário que confia na Dra. Lídia porque o compromisso dela é com a comunidade e a verdade. Fala ao Secretário da importância de não esquecer o hospital de Venda Nova que precisa ser concluído. O conselheiro Ivan, diretor do HOB, esclarece sobre o atraso do relatório financeiro do hospital e se compromete a entregá-lo à Câmara Técnica no máximo até a próxima 5ª. Feira. Informa que esta é sua última reunião como conselheiro e fala da satisfação de ter estado no Conselho, fazendo votos de sucesso aos conselheiros. Carminha, esclarece que o Dr. Ivan irá assumir a Secretaria Municipal de Saúde de Betim. Dr. Athos solicita que conste em ata, que como presidente em nome do Conselho agradece a contribuição dada pelo Dr. Ivan no período que exerceu a atividade de conselheiro. A conselheira Rosalina esclarece ao Wellington, que a Dra. Lídia solicitou transferência para a Universidade Federal e não está mais trabalhando na Secretaria e por consequência, na assessoria do Conselho. Sobre o convênio com a Santa Casa, fala que considera insuficiente que a Dra. Carmen Lúcia preste esclarecimentos sobre a questão, já que o plenário aprovou na reunião do dia 05 de dezembro, parecer da CTFCA em que a mesma recomendou a não aprovação das contas do 2º. Trimestre, até que fosse modificado o convênio firmado entre a PBH e a Santa Casa e houvesse o ressarcimento ao FMS dos R\$ 215 mil repassados ao hospital. Coloca que, no seu entendimento, seria uma incoerência o Conselho aprovar o convênio sem que sejam cumpridas estas recomendações. Fala da necessidade de o Conselho analisar o relatório financeiro juntamente com o de gestão e questiona o fato de os gastos com internações estarem maiores do que as despesas de serviços ambulatoriais. O Secretário Adjunto, Dr. Fausto Pereira dos Santos, esclarece que as despesas ambulatoriais são maiores, mas os serviços ambulatoriais da Secretaria não constam do relatório financeiro já que ela não paga a si mesma. Rosalina, fala que essa informação reforça a necessidade da apresentação do relatório de gestão. O senhor Evaristo Garcia, fala que o Dr. Ricardo Menezes, presidente do Sindicato dos Médicos está denunciando que a Santa Casa está usando os leitos deste convênio para o plano de saúde que lançou e propõe que o Dr. Ricardo seja convidado a vir ao Conselho explicar a denúncia. O conselheiro Paulo César informa que a próxima reunião da CTFCA a ser convocada pelo coordenador deverá discutir o relatório do HOB. Sobre o convênio, diz que a Câmara Técnica decidiu aprová-lo considerando a necessidade dos leitos para o

sistema de saúde de Belo Horizonte e reconhecimento pela própria Secretaria de que houve um erro ao não se submeter o convênio ao Conselho. Acrescenta que, na sua opinião, não existe obstáculo a que se façam subvenções desde que as contrapartidas sejam efetivadas, o que as informações de que dispõem indicam que está ocorrendo. Dra. Carmen Lúcia, diretora de planejamento e regulação da Secretaria, fala que o convênio prevê o ressarcimento do dinheiro não gasto ou em caso de descumprimento de alguma das cláusulas, mas não é um convênio de prestação de serviços, é um convênio de subvenção o que impossibilita que a Secretaria peça o dinheiro de volta. Diz que a Secretaria reconheceu que houve um problema de tramitação e o que se entendeu na ocasião é que havia a necessidade dos leitos e o prefeito e o procurador do município estavam envolvidos com essa questão. Entende que o importante é acompanhar e fazer cumprir o convênio, disponibilizando os vinte e seis leitos para o SUS e fiscalizando a qualidade da assistência. Dr. Fausto, complementa a fala da Dr^a Carmen Lúcia, falando que a prestação de contas da Santa Casa e a fiscalização do cumprimento efetivo do convênio são as tarefas mais importantes desse momento e concorda que os erros processuais no encaminhamento não justificam que se leve a uma ruptura em que se perca o potencial de assistência que foi conseguido e que na avaliação da prestação de contas seja visto mais do que se o dinheiro foi gasto ou não, se o serviço está sendo oferecido a contento e realmente para o SUS. O diretor financeiro, Maurício Albino, esclarece ao Wellington que a informação da gerente do Centro de Saúde citado não procede, já que todos os responsáveis por gerir recursos do Fundo Municipal de Saúde passaram por rigorosa tomada de contas no ano de 1996 e não existe dinheiro público confidencial estando todas as contas à disposição de qualquer cidadão e principalmente do Conselho. Carminha, pergunta ao plenário se está esclarecido para votar a questão do convênio com a Santa Casa. A conselheira Rosalina, fala que a Santa Casa não tem mais caráter filantrópico porque criou um plano de saúde e encaminha proposta de que o Conselho mantenha sua posição de não aprovar o convênio e que a despesa seja assumida pela Prefeitura. Dra. Carmen Lúcia, fala que a CTFCA deverá discutir a questão da filantropia, mas se a instituição oferecer 70% de leitos ao SUS ela é filantrópica e no caso específico da Santa Casa dos outros 30% mesmo com plano de saúde, não há distribuição de lucros. O conselheiro Jader, questiona o argumento de que o Conselho teria aprovado parecer da Câmara Técnica recomendando a não aprovação do convênio e esclarece que a última reunião do Conselho foi no dia 05/12/96 e a ata da reunião da Câmara Técnica que contém o parecer é do dia 10/12/96, e portanto, o Conselho não votou este parecer. O conselheiro Eduardo Leal, coloca que mesmo que o Conselho tivesse aprovado o parecer, a decisão poderia perfeitamente ser mudada e pergunta a conselheira Rosalina se o que ela propõe é que a Secretaria de Saúde deixe o dito pelo não dito e a Prefeitura vá cobrir os custos. Rosalina, reafirma que apesar da data em que foi realizada a reunião da CTFCA, o que está na ata foi falado na reunião do Conselho e esclarece que o convênio não foi assinado pelo Secretário Municipal de Saúde e sim, pela PBH através do prefeito Patrus Ananias, não havendo nenhum problema de o tesouro municipal assumir a despesa. O conselheiro Alcides, pede

esclarecimentos sobre subvenção e quais os critérios utilizados para o convênio. Dra. Carmen Lúcia, esclarece que a subvenção só pode ser dada a hospitais filantrópicos e a Secretaria discutiu com todos que têm maternidade a possibilidade de se criar leitos de risco, o que foi aceito pela Santa Casa que foi subvencionada para que fizesse as reformas de área física, compras de equipamentos, etc, para atender à demanda da Secretaria por estes leitos. A seguir, Carminha, coloca em votação as duas propostas existentes considerando como proposta 1- que o Conselho não aprove o convênio e remeta a despesa para que a prefeitura pague com recursos do tesouro municipal e proposta 2- que o Conselho aprove o parecer da Câmara Técnica recomendando a aprovação do convênio firmado, com a ressalva de que não aconteça mais a situação de firmar convênios sem passar pelo plenário do Conselho. O conselheiro João Athayde, levanta questão de esclarecimento e questiona se a Prefeitura não poderia fazer este convênio e se o Tesouro legalmente poderia assumir a despesa. Feita a chamada nominal dos conselheiros a proposta 2 foi aprovada por 18 (dezoito) votos a favor, nenhum contrário e duas abstenções com declaração de voto. Se abstiveram e declaram o voto as conselheiras Inês e Rosalina. Em sua declaração de voto a conselheira Inês fala que foram dois os seus motivos. O primeiro, que o Conselho não pode admitir que se passe por cima do controle social e diz que mesmo o prefeito não poderia ter passado por cima do Conselho. O segundo motivo é a deliberação da Conferência Nacional de Saúde que coloca a necessidade de rever o caráter filantrópico dessas instituições de saúde e diz que no seu entendimento, Belo Horizonte deve dar o 1º passo nessa decisão, discutindo sobre essas instituições que ninguém sabe se são filantrópicas ou não. Rosalina, declara o voto dizendo que, no seu entendimento, não existe nenhuma dúvida de que a Santa Casa de Misericórdia não é filantrópica, porque se existe uma lei dizendo que uma instituição que destina 70% para o SUS é filantropia, essa lei por si é incoerente já que o SUS paga pouco, mas paga e falar de filantropia em saúde hoje no Brasil é uma afronta à cidadania e um desrespeito às leis do SUS. Acrescenta, que o Conselho deve pensar muito sobre a quantidade de vezes que aprovou coisas com a recomendação de que seja a última vez e essa última vez sempre se repete. Na seqüência é colocado em votação o relatório financeiro do 2º trimestre, sendo proposta 1 - aprova e proposta 2 - não aprova. Feita a chamada nominal, por 19 (dezenove) votos a favor; nenhum voto contrário e 01 (uma) abstenção com declaração de voto, foi vitoriosa a proposta 1, ficando aprovada a prestação de contas da SMSA referentes ao 2º trimestre de 1996. Se absteve e declarou o voto, o Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Athos de Carvalho. Em sua declaração de voto, Dr. Athos , coloca que apesar de ter plena confiança no relatório, não participou da discussão do mesmo e não se sentiu à vontade para votar. Na seqüência, Carminha propõe que seja votado o parecer da CTFCA, recomendando a não aprovação das contas do 3º trimestre, devido a falta do relatório do HOB. O Secretário Adjunto, Fausto Pereira, propõe que seja suspensa a discussão e não votado. O coordenador da CT, Jader, esclarece que o parecer é exatamente no sentido de suspender. A proposta é acatada pela mesa e Carminha, coloca que o relatório do HOB deve ser entregue à tempo de ser encaminhado aos conselheiros.

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

No ponto seguinte da pauta: Informes, Carminha, inicia justificando a ausência dos conselheiros, Fausto Isac, Carlos Henrique, Geralda Margarida, Warlene Drumond, Soraya Andréa e Laraene. Informa sobre correspondências recebidas pela mesa diretora e sobre ato nacional em defesa da saúde pública que será realizado no dia 24/01/97, na cidade do Rio de Janeiro. Fala de reunião preparatória para esse ato que ocorrerá na 2ª feira dia 20/01/97, no auditório da SMSA e que contará com a participação de autoridades, parlamentares e entidades. Informa que para o Rio o Sindicato dos Médicos vai providenciar um ônibus no qual o Conselho Municipal de Saúde tem garantidas 15 (quinze) vagas e solicita aos interessados em ir na caravana que deixem o nome e nº da carteira de identidade. Diz que a chefe de gabinete da Secretaria, está vendo a possibilidade de ajuda de custo para alimentação dos que forem. O conselheiro Paulo César, fala da importância do ato e faz análise da conjuntura política e do SUS no momento que vive o país. Complementa os informes sobre a viagem ao Rio para participação do ato. O conselheiro Jader, faz uma saudação ao novo Secretário de Saúde, Dr.º Athos de Carvalho e fala da satisfação em ter trabalhado com o Dr.º César Campos. Convoca a reunião da CTFCA para o dia 28/01/97, às 15:00 horas, no 13º andar da Secretaria e propõe que o plenário aprove uma moção posicionando-se contrário ao projeto de reeleição, que deverá ser encaminhado por telegrama a todos os parlamentares mineiros. Acrescenta proposta de que os Conselhos Distritais e Comissões Locais se posicionem no mesmo sentido. O conselheiro Eduardo, pede informações sobre o encaminhamento da deliberação da V Conferência, de reestruturação na composição do Conselho e sobre a discussão em relação aos problemas vividos pela Santa Casa e o plano de Saúde daquele hospital, que ficou para ser pautada convidando sua direção a participar. Carminha, esclarece que sobre a reestruturação do Conselho, irá propor que a mesa diretora solicite audiência com o prefeito Célio de Castro para discutir a questão e todos os conselheiros serão chamados a participar da audiência. Em relação à Santa Casa propõe que este assunto já fique pautado para a próxima reunião que será realizada em fevereiro. O conselheiro Antônio Gomes, saúda o Secretário e convida a todos para o lançamento de licitação para construção do Centro de Saúde Santa Cruz, conquistado no Orçamento Participativo e que será construído no Palmares. O conselheiro João Athayde, faz comentários sobre o ato em defesa do SUS. A conselheira Marta, passa informe do serviço de saúde mental de Betim e sobre reunião que o Fórum Mineiro de Saúde Mental e entidades terão com o prefeito Célio de Castro e o Secretário Athos de Carvalho para discutir reivindicações da área. A conselheira Rose Mary, deseja boas-vindas ao Secretário e à chefe de gabinete Maria José Antunes e pede informações sobre a prestação de contas do convênio firmado pela Secretaria e o Hospital das Clínicas. O conselheiro João Athayde, que acompanha o convênio com o HC, representando o Conselho, presta os esclarecimentos solicitados e sugere que este convênio seja avaliado e discutido com mais profundidade. A conselheira Maria Josefina, propõe que a Câmara Técnica de Comunicação aborde a questão das enchentes e comenta as dificuldades enfrentadas pelos voluntários que trabalharam na ajuda aos desabrigados. A conselheira Inês,

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

defende a necessidade de ser feita no Conselho uma avaliação do PRÓ-SUS que, no seu entendimento, é visto por muitos conselheiros apenas como um incentivo à produtividade quando é bem mais que isso. A conselheira Rosalina, passa informe sobre a Comissão que encaminha a discussão da eleição de gerentes e coloca que ainda não chegou proposta de nenhum distrito sanitário e se todos deixarem para a data limite que é o dia 07 de março, o trabalho da Comissão será dificultado. O conselheiro Alcides, fala de sua participação no ato realizado em Brasília e propõe que no dia 24, Belo Horizonte tenha uma delegação maior e leve uma faixa que marque sua presença na manifestação. Informa sobre trabalho que vem desenvolvendo junto aos desabrigados na regional leste e reforça a necessidade de o Conselho discutir a questão das enchentes. Também deseja boas-vindas ao Secretário e faz votos que ele, juntamente com o Conselho, dêem um salto de qualidade na saúde pública do município. Carminha, sugere que seja aprovada a proposta da faixa que seria doada por alguma entidade sindical com representação no Conselho. A diretora do distrito sanitário Norte, Maria de Lourdes, defende que seja discutida na mesa diretora a possibilidade de as Câmaras Técnicas contarem com assessorias que as potencializem para que possam ter atuação mais efetiva. A seguir, Carminha, consulta o plenário sobre a proposta do conselheiro Jader, de moção contrária à reeleição. Por aclamação a proposta é aprovada e será encaminhada aos parlamentares mineiros e para ser lida no ato do Rio de Janeiro. Na seqüência, Carminha, propõe o adiamento do último ponto da pauta: A avaliação do Conselho, considerando a importância do tema e o esvaziamento do plenário. O conselheiro José Osvaldo, propõe que os conselheiros que quiserem façam a avaliação por escrito encaminhando à mesa diretora. O conselheiro Eduardo, propõe que seja convocada uma reunião extraordinária do Conselho especificamente para fazer a avaliação e discutir um plano de trabalho. O conselheiro Paulo César, sugere que a mesa proponha um roteiro previamente elaborado para a avaliação. A conselheira Carminha, propõe que os conselhos distritais e comissões locais sejam convocados a participar da avaliação. A Secretária Geral, comenta o aumento da participação dos conselheiros nas reuniões e passa a palavra ao presidente do Conselho e Secretário Municipal de Saúde, Athos de Carvalho, para que encerre a reunião. Dr. Athos, faz algumas considerações sobre sua primeira participação e informa de providências que vem tomando para melhorar a comunicação no âmbito da Secretaria. Às 18:20 horas, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

Belo Horizonte, 16 de janeiro de 1997.

RFF/vld